

NEWSLETTER DIGESTO N.º 21/2018

Disponibilização: 21 de outubro de 2018

Período abrangido: 8 a 19 de outubro de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Agricultura
 2. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
 3. Defesa
 4. Direitos, Liberdades e Garantias
 - Cidadãos com Necessidades Especiais
 - Estrangeiros
 5. Economia
 - Consumidores
 6. Finanças
 - Sistema financeiro
 7. Justiça
 - Decisões e Pareceres
 - Justiça Constitucional
 - Política de Justiça
 8. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
 9. Órgãos de Soberania
 - Governo
 10. Regiões Autónomas
 - Açores
 11. Saúde
 12. Solidariedade e Segurança Social
 13. Trabalho
- Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. AGRICULTURA

[Despacho n.º 9364/2018, de 8 de outubro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado da Agricultura e Alimentação e das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Estabelece os termos em que se opera o registo oficial de operadores económicos que procedem ao fabrico e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos, bem como as competências de supervisão e controlo do exercício desta atividade, no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa Nacional de Regadios.

2. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2018, de 8 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece medidas preventivas para áreas de cordões dunares frontais a abranger pelo Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe.

[Portaria n.º 277-B/2018, de 15 de outubro](#)

(Defesa Nacional, Ambiente e Mar)

Reconhece o Núcleo da Culatra, na União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), concelho de Faro, como um núcleo residencial piscatório consolidado.

3. DEFESA

[Decreto-Lei n.º 75/2018, de 11 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, que aprova o regime de contrato especial para prestação de serviço militar.

[Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Diferentes Regimes de Contrato e no Regime de Voluntariado.

4. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa à acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos do setor público. Altera (primeira alteração) a Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, que estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado, e revê o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro.

- **ESTRANGEIROS**

[Aviso n.º 14923/2018, de 17 de outubro](#)

(Educação - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.)

Torna público que se encontra aberto o procedimento de inscrição para a realização da Prova do Conhecimento da Língua Portuguesa para Aquisição de Nacionalidade (PaN).

5. ECONOMIA

- **CONSUMIDORES**

[Decreto-Lei n.º 78/2018, de 15 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, que estabelece o regime legal aplicável aos contratos celebrados à distância e aos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial, completando a transposição da Diretiva (UE) 2015/2302, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e serviços de viagem conexos.

6. FINANÇAS

- **SISTEMA FINANCEIRO**

[Portaria n.º 282/2018, de 19 de outubro](#)

(Finanças)

Altera a Portaria n.º 302-B/2016, de 2 de dezembro, que aprova as listas de instituições financeiras não reportantes e de contas financeiras excluídas.

7. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Parecer n.º 3/2018 , de 16 de outubro](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Torna público o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre "Interpretação/modificação de contrato de concessão exploração de jogos de fortuna ou azar", votado na sessão de 11 de julho de 2018 e homologado por despacho da Secretária de Estado do Turismo de 14 de agosto de 2018.

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

[Acórdão \(extrato\) n.º 379/2018, de 11 de outubro](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional, por violação do disposto no n.º 2 do artigo 103.º e na alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição, o n.º 4 do artigo 21.º da Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais que consta do Anexo I ao Regulamento n.º 364/2012, de 11 de junho, do Município de Oeiras, com o sentido de que o metro cúbico de «armazenamento de produtos de petróleo (depósitos subterrâneos)» situado em propriedade privada é tributado no valor mensal de 5,09 euros.

[Acórdão \(extrato\) n.º 417/2018, de 11 de outubro](#)

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação normativa que permite ao Tribunal da Relação, por força da conjugação do disposto nos artigos 427.º, 428.º e 431.º, alínea b), do Código de Processo Penal, a modificação da decisão do tribunal de júri sobre a matéria de facto, quando esta decisão seja impugnada nos termos do artigo 412.º, n.º 3, do mesmo diploma.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 367/2018, de 17 de outubro
(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 2.º, n.º 1, 3.º, n.º 2, e 4.º, n.º 2, do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Gaia, por violação do disposto no n.º 2 do artigo 103.º e na alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 420/2018, de 17 de outubro
(Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do artigo 2.º do decreto legislativo regional intitulado «Estatuto Social do Bombeiro da Região Autónoma da Madeira», aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em sessão plenária do dia 5 de julho de 2018, que foi enviado ao Representante da República para a Região Autónoma da Madeira para assinatura como decreto legislativo regional, na parte em que, modificando a redação do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/M, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/M, de 10 de março, prevê seja aditado aos direitos definidos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, o direito às tarifas sociais na água, de forma direta e inegável, relativamente aos bombeiros no quadro de ativos da Região Autónoma da Madeira.

Acórdão (extrato) n.º 426/2018, de 17 de outubro
(Tribunal Constitucional)

Não conhece do pedido de declaração de inconstitucionalidade da norma do artigo 2.º da Lei n.º 17/2018, de 19 de abril, na parte em que adita, em sede de apreciação parlamentar, um novo n.º 6 ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março (Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança).

- **POLÍTICA DE JUSTIÇA**

[Portaria n.º 279/2018, de 16 de outubro](#)
(Justiça)

Determina que seja dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro (que aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado), nos processos e declarações para atos de nacionalidade requeridos ou declarados por cidadãos estrangeiros de nacionalidade venezuelana e residentes na República Bolivariana da Venezuela, sempre que for invocada pelos interessados situação de insuficiência económica.

[Portaria n.º 283/2018, de 19 de outubro](#)
(Justiça)

Aprova o Regulamento dos Procedimentos de Seleção de Mediadores de Conflitos habilitados a prestar serviços de mediação nos julgados de paz, e define a Direção-Geral da Política de Justiça como o serviço do Ministério da Justiça competente para a fiscalização da atividade dos mediadores que exerçam funções em julgados de paz.

8. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO**

[Aviso n.º 126/2018, de 9 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Portuguesa formulado uma declaração relativamente à Convenção Relativa à Citação e Notificação no Estrangeiro de Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, adotada na Haia, a 15 de novembro de 1965.

[Aviso n.º 129/2018, de 9 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Portuguesa formulado uma declaração em conformidade com o artigo 63.º, relativamente à Convenção Relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e de Medidas de Proteção das Crianças, adotada na Haia, em 19 de outubro de 1996.

9. ÓRGÃOS DE SOBERANIA

- GOVERNO

[Decreto do Presidente da República n.º 72-A/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes do cargo de Ministro da Defesa Nacional.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-B/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Titterington Gomes Cravinho para o cargo de Ministro da Defesa Nacional.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-C/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Adalberto Campos Fernandes do cargo de Ministro da Saúde.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-D/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões para o cargo de Ministra da Saúde.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-E/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes do cargo de Ministro da Cultura.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-F/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves para o cargo de Ministra da Cultura.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-G/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, sob proposta do Primeiro-Ministro, Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves do cargo de Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-H/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Pedro Soeiro de Matos Fernandes do cargo de Ministro do Ambiente.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-I/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Pedro Soeiro de Matos Fernandes para o cargo de Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-J/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, sob proposta do Primeiro-Ministro, Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira do cargo de Ministro Adjunto.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-K/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Manuel de Herédia Caldeira Cabral do cargo de Ministro da Economia.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-L/2018, de 15 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira para o cargo de Ministro Adjunto e da Economia.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-M/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-N/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ana Isabel dos Santos Figueiredo Pinto para o cargo de Secretária de Estado da Defesa Nacional.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-O/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Jorge Arede Correia Neves para o cargo de Secretário de Estado da Economia.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-P/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho para o cargo de Secretária de Estado do Turismo.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-Q/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Veloso da Silva Torres para o cargo de Secretário de Estado da Defesa do Consumidor.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-R/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Paulo Marçal Lopes Catarino para o cargo de Secretário de Estado da Valorização do Interior.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-S/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ângela Carvalho Ferreira para o cargo de Secretária de Estado da Cultura.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-T/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo do cargo de Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-U/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Alberto Sobrinho Teixeira para o cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-V/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Francisco Ventura Ramos para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-W/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Raquel de Almeida Ferreira Duarte Bessa de Melo para o cargo de Secretária de Estado da Saúde.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-X/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, José Fernando Gomes Mendes para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-Y/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Carlos Manuel Martins para o cargo de Secretário de Estado do Ambiente.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-Z/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos para o cargo de Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-AA/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ana Cláudia da Costa Pinho para o cargo de Secretária de Estado da Habitação.

[Decreto do Presidente da República n.º 72-AB/2018, de 17 de outubro](#)
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, João Saldanha de Azevedo Galamba para o cargo de Secretário de Estado da Energia.

10. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 33/2018/A, de 10 de outubro](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019.

11. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 79/2018, de 15 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, que estabelece as regras a que devem obedecer a investigação, o fabrico, a comercialização, a entrada em serviço, a vigilância e a publicidade dos dispositivos médicos e respetivos acessórios, permitindo a disponibilização diretamente ao público dos dispositivos de autodiagnóstico das infeções por VIH, VHC e VHB.

[Decreto-Lei n.º 80/2018, de 15 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece os princípios e regras aplicáveis às comissões de ética que funcionam nas instituições de saúde, nas instituições de ensino superior e em centros de investigação biomédica que desenvolvam investigação clínica.

[Despacho n.º 9639/2018, de 15 de outubro](#) (Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que os estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) adotem o número 2222 na rede telefónica interna para ativação da Equipa de Emergência Médica Intra-Hospitalar, até ao dia 31 de março de 2019.

12. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 77/2018, de 12 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quadragésima sétima alteração) o Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, permitindo o acesso à aposentação antecipada por ex-subscritor.

[Decreto-Lei n.º 82/2018, de 16 de outubro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice.

13. TRABALHO

[Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro](#)
(Assembleia da República)

Estabelece procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos de empresas.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

Decreto-Lei n.º 78/2018, de 15 de outubro (Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, que estabelece o regime legal aplicável aos contratos celebrados à distância e aos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial, completando a transposição da Diretiva (UE) 2015/2302, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e serviços de viagem conexos.

Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro (Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa à acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos do setor público. Altera (primeira alteração) a Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, que estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado, e revê o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão